

**HABEAS CORPUS Nº 563.773 - SP (2020/0047890-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : ROBERTO EDSON IGNACIO  
**ADVOGADO** : ROBERTO EDSON IGNACIO - SP309508  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MATEUS FELIPE XAVIER (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em face de acórdão assim relatado (fls. 219/220):

Cuida-se de Habeas Corpus impetrado pelo Advogado ROBERTO EDSON IGNACIO em favor de MATEUS FELIPE XAVIER, que estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão de ato atribuído ao Magistrado em exercício na 1ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto, nos autos da Ação Penal nº 1501604-30.2019.8.26.0559.

Sustenta, em resumo, o impetrante, que estão ausentes os requisitos da prisão preventiva e, paralelamente, presentes os pressupostos da liberdade provisória. Enaltecem os predicados pessoais positivos do acusado, destacando sua primariedade, residência fixa e ocupação lícita.

Prossegue, o Advogado, alegando que não há provas do envolvimento de Mateus no crime em apuração. Afirma, ainda, que em caso de eventual condenação, será imposto regime prisional inicial diverso do fechado.

Busca, por isso, o subscritor da inicial, a concessão da ordem a fim de que o paciente aguarde solto o desfecho da ação penal.

Sem liminar (fls. 121/122), vieram informações (fls. 124/125), seguidas de manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça pela denegação da ordem (fls. 129/131).

É o relatório.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, II, do CP.

O impetrante sustenta, em síntese, que há flagrante ilegalidade no caso, em decorrência da ausência de elementos suficientes da existência do crime, bem como por inexistirem os requisitos da prisão preventiva, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva.

A liminar foi indeferida (fls. 225-227).

As informações foram prestadas (fls. 233-241).

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem (fls. 243-244).

Na origem, a ação penal n. 1501604-30.2019.8.26.0559 encontra-se em fase de instrução, com audiência designada para o dia 28/4/2020, conforme informações eletrônicas disponíveis em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

No mais, não obstante a excepcionalidade desta medida cautelar, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto prisional (fls. 82/83):

[...] O auto de prisão em flagrante encontra-se formalmente em ordem, não sendo caso de relaxamento da prisão em flagrante (art. 310, I, CPP). **O caso concreto autoriza a prisão preventiva.** Os depoimentos dos condutores incriminam os custodiados, no sentido de que teriam assaltado a vítima Fátima Ventura Teodoro; as declarações da mesma, fl. 07, são no sentido de que após sair do trabalho caminhava na área central da cidade e foi surpreendida por dois indivíduos, a pé, um gordo e um magro, os quais reconheceu no prédio da polícia. Ainda, o homem mais magro teria exigido a entrega de seu aparelho celular ao que correu do local; **o homem mais gordo lhe aplicou uma rasteira, caindo e se machucou e, diante da exibição de uma faca, entregou o seu aparelho celular.** O aparelho celular foi apreendido com os custodiados, fl. 18/19 e restituído à vítima, fl. 20/21; diante dos graves indícios de crime grave - roubo circunstanciado - é caso de decretação de prisão preventiva, oportunizando-se aos réus, perante o juízo natural, prova de sua inocência e, no respeito a sua liberdade, comprovar adequado exercício da cidadania e coligação estreita ao primado do trabalho. Ante o exposto, com fundamento no arts. 310, II, 312, 313, I, e 315, todos do Código de Processo Penal. **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE de MATEUS FELIPE XAVIER e EDERSON MENEZES FERREIRA em PRISÃO PREVENTIVA.** [...]

Conforme liminar, consta na decisão fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, pois evidencia a gravidade concreta, destacando-se a prática de roubo em concurso de agentes, na qual, um deles aplicou uma rasteira na vítima que, *caindo e se machucou e, diante da exibição de uma faca, entregou o seu aparelho celular.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática

criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamento concreto para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator